

SOLAR • EÓLICA • HÍDRICA • BIOMASSA • ARMAZENAMENTO



Demonstrações financeiras Individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2025

*Voltalia Areia Branca II
Participações S.A.*



Demonstrações Financeiras

Exercício findo em 31 de dezembro de 2025

Sumário

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas.....	3
Demonstração dos fluxos de caixa.....	6
Demonstrações dos resultados.....	8
Balanços patrimoniais (ativo).....	9
Balanços patrimoniais (passivo e patrimônio líquido).....	10
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido.....	11
Notas explicativas.....	11
2 Informações gerais e base de preparação.....	12
2.1 Informações gerais.....	12
2.2 Base de preparação e políticas contábeis.....	14
2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação.....	14
3 Principais informações financeiras.....	14
3.1 Resultado do exercício.....	14
3.2 Ativos e passivos financeiros.....	18
3.3 Ativos e passivos não-financeiros.....	25
3.4 Patrimônio líquido.....	31
4 Estimativas críticas e riscos.....	31
4.1 Estimativas críticas e julgamentos.....	31
4.2 Gestão de riscos.....	32
5 Itens não reconhecidos.....	34
5.1 Perdas possíveis não provisionadas no balanço.....	34
6 Outras informações.....	35
6.1 Transações com partes relacionadas.....	36
6.1.1 Saldos e transações.....	36
6.2 Seguros.....	38
7 Políticas contábeis Materiais.....	38
7.1 Caixa e equivalentes de caixa.....	38
7.2 Imobilizado.....	38
7.3 Intangível.....	39
7.4 Redução ao valor recuperável ("impairment").....	40
7.5 Empréstimos e financiamentos.....	40
7.6 Provisões.....	40
7.7 Tributação.....	41
7.8 Outros ativos e passivos.....	42
7.9 Reconhecimento de receita.....	42
7.10 Instrumentos financeiros.....	42
7.11 Passivo de arrendamentos.....	43
7.12 Normas novas e alteradas no exercício corrente.....	43
7.13 Normas emitidas, mas ainda não vigentes.....	43

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Administradores e Acionistas da
Voltalia Areia Branca II Participações S.A.
Areia Branca - RN

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Voltalia Areia Branca II Participações S.A. (“Companhia”), identificadas como controladora e consolidado, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Voltalia Areia Branca II Participações S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação a Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião sobre as demonstrações financeiras.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidade dos auditores independentes pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.



Forvis Mazars Auditores Independentes
Av. Almirante Barroso, 81, 22º andar
Centro, Rio de Janeiro
Tel.: (21) 3233-4700
www.forvismazars.com

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 30 de abril de 2026

Forvis Mazars Auditores Independentes Sociedade Simples Ltda.
CRC 2SP023701/O-8

Assinado por:


Marcelo Nogueira de Andrade
Contador CRC RJ 086312/O-6

Voltalia Areia Branca II Participações S.A.
Demonstração dos fluxos de caixa



Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
 Em milhares de reais

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Fluxos de caixa das atividades operacionais					
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social		3.650	10.760	9.320	15.883
Ajustes para reconciliar o lucro (prejuízo) com o caixa gerado pelas operações:					
Rendimentos de títulos e valores mobiliários		(1.027)	(2.509)	(8.399)	(7.041)
Encargos financeiros	2.1.3	-	177	17.589	15.025
Juros sobre arrendamento	2.1.3	-	-	856	850
Ajuste a valor presente	2.1.3	-	-	371	339
Resultado em equivalência patrimonial	2.3.3	(2.633)	(8.831)	-	-
Depreciações e amortizações	2.1.2	-	-	12.155	12.032
Provisão para crédito de liquidação duvidosa		-	-	2.530	-
Penalidade (Ressarcimento) – Provisão	2.2.8	-	-	19.215	16.174
Penalidades contratuais suspensas - Atualização	2.1.3	-	-	614	931
Provisão para contingências		-	-	41	-
(Acréscimos) / decréscimos nos ativos operacionais					
Contas a receber	2.2.4	-	-	(6.055)	(896)
Contas a receber - Partes relacionadas				985	(868)
Adiantamentos a fornecedores		-	1	(86)	153
Despesas antecipadas		-	-	1.109	(59)
Outros ativos		(5)	-	(460)	385
Depósitos judiciais e cauções		-	-	(20)	(73)
Impostos a recuperar		(203)	(824)	43	(1.601)
Acréscimos / (decréscimos) nos passivos operacionais					
Fornecedores	2.2.5	12	8	1.689	3.817
Obrigações fiscais e trabalhistas		(269)	(308)	(2.153)	(1.675)
Penalidades contratuais	2.2.8	-	-	(377)	(998)
Passivo de arrendamento			-	130	(298)
Contas a pagar - Partes relacionadas	5.1	-	-	1.197	231
Outros passivos		-	-	4	(290)
Recursos provenientes das atividades operacionais					
Pagamentos de encargos financeiros	2.2.6	-	-	(12.101)	(12.854)
Pagamentos de Imposto de renda e contribuição social pagos	2.1.4	(19)	(322)	(3.463)	(5.179)
Caixa líquido proveniente das (usado nas) atividades operacionais		(494)	(1.848)	34.734	33.988
Fluxos de caixa das atividades de investimento					
Aumento de capital social nas investidas		-	(918)	-	-
Aplicações em títulos e valores mobiliários	2.2.3	504	19.865	(9.502)	7.173
Aquisições de imobilizado	2.3.1	-	-	(844)	(817)
Mútuos - Partes relacionadas	5.1	-	9.853	-	-
Recebimento de Dividendos		2.098	2.891	-	-

Caixa líquido proveniente das (usado nas) atividades de investimento		2.602	31.691	(10.346)	6.356
Fluxos de caixa de atividades de financiamento					
Pagamentos de empréstimos e financiamentos - Principal	2.2.6	-	-	(21.674)	(22.236)
Financiamentos com partes relacionadas - Mútuo		-	(11.818)	-	-
Aumento de capital social		-	600	-	600
Pagamento de dividendos		(2.408)	-	(2.408)	(19.542)
Pagamentos do passivo de arrendamento		-	(19.542)	(1.177)	(1.269)
Caixa líquido usado nas atividades de financiamento		(2.408)	(30.760)	(25.259)	(42.447)
(Redução) de caixa e equivalentes de caixa					
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	2.2.2	342	1.259	2.487	4.590
(Redução) de caixa e equivalentes de caixa		(300)	(917)	(871)	(2.103)
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	2.2.2	42	342	1.616	2.487
Transações que não impactam o caixa					
Registro de direito de uso e passivo de arrendamento		-	-	(279)	274
Baixa de imobilizado x fornecedor		-	-	258	-
Provisão desmobilização		-	-	-	(309)

Voltalia Areia Branca II Participações S.A.
Demonstrações dos resultados



Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
 Em milhares de reais

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Receita com fornecimento de energia, líquida	2.1.1 (a)	-	-	63.466	65.766
Outras receitas operacionais, líquida	2.1.1 (b)	-	-	2.391	3.575
Custos operacionais	2.1.2	-	-	(41.106)	(40.304)
Resultado bruto		-	-	24.751	29.037
Despesas operacionais					
Despesas administrativas	2.1.2	(98)	(112)	(3.494)	(2.107)
Outras receitas (despesas)		-	10	11	208
Resultado de equivalência patrimonial	2.3.3	2.633	8.831	-	-
Lucro operacional		2.535	8.729	21.268	27.138
Despesas financeiras		(111)	(1.308)	(20.551)	(18.280)
Receitas financeiras		1.226	3.336	8.603	7.025
Resultado financeiro	2.1.3	1.115	2.028	(11.948)	(11.255)
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social		3.650	10.757	9.320	15.883
Imposto de renda e contribuição social	2.1.4	(279)	(617)	(5.949)	(5.743)
Lucro líquido do exercício		3.371	10.140	3.371	10.140

A Companhia não possui outros resultados abrangentes além do resultado do exercício, razão pela qual optou por não apresentar a Demonstração dos resultados abrangentes.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Voltalia Areia Branca II Participações S.A.
Balancos patrimoniais (ativo)



Em 31 de dezembro de 2025 e 2024

Em milhares de reais

Ativo	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Circulante					
Caixa e equivalente de caixa	2.2.2	42	342	1.616	2.487
Contas a receber	2.2.4	-	-	20.655	14.278
Contas a receber - Partes relacionadas	5.1	9	9	9	994
Despesas antecipadas		-	-	201	1.310
Adiantamentos a fornecedores		2	2	206	120
Impostos a recuperar		1.136	933	2.172	2.215
Depósitos judiciais e cauções		-	-	-	223
Dividendos - Partes relacionadas	5.1	678	2.098	-	-
Obriga�o pela desmobiliza�o de ativos		-	-	-	371
Outros ativos		5	-	831	-
Total ativo circulante		1.872	3.384	25.690	21.998
Não circulante					
Títulos e valores mobiliários	2.2.3	8.549	8.026	82.853	64.952
Contas a receber de longo prazo	2.2.4	-	-	10	2.862
Depósitos judiciais e cau�es		-	-	243	-
Investimentos	2.3.3	151.300	149.345	-	-
Imobilizado	2.3.1	-	-	262.607	273.563
Intangível	2.3.2	-	-	3.960	4.120
Total ativo não circulante		159.849	157.371	349.673	345.497
Total do ativo		161.721	160.755	375.363	367.495

As notas explicativas são parte integrante das demonstra es financeira.

Voltaia Areia Branca II Participações S.A.
Balanços patrimoniais (passivo e patrimônio líquido)

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024

Em milhares de reais

Passivo	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Circulante					
Fornecedores	2.2.5	28	16	10.995	9.306
Empréstimos e financiamentos	2.2.6	-	-	22.333	21.550
Obrigações fiscais e trabalhistas		-	9	1.835	1.626
Contas a pagar - Partes relacionadas	5.1	1	1	1.559	362
Dividendos - Partes relacionadas	5.1	801	2.408	801	2.408
Penalidades contratuais	2.2.8	-	-	41.787	23.055
Outros passivos		-	-	772	768
Passivo de arrendamentos	2.2.7	-	-	528	456
Total passivo circulante		830	2.434	80.610	59.531
Não circulante					
Empréstimos e financiamentos	2.2.6	-	-	109.385	126.354
Penalidades contratuais	2.2.8	-	-	10.693	9.975
Provisões fiscais e trabalhistas		-	-	41	-
Passivo de arrendamentos	2.2.7	-	-	9.343	9.285
Outras obrigações		-	-	4.400	4.029
Total passivo não circulante		-	-	133.862	149.643
Total do passivo		830	2.434	214.472	209.174
Patrimônio líquido	2.4				
Capital social		108.595	108.595	108.595	108.595
Reserva de lucro		43.336	40.935	43.336	40.935
Reserva legal		8.960	8.791	8.960	8.791
Total patrimônio líquido		160.891	158.321	160.891	158.321
Total do passivo e patrimônio líquido		161.721	160.755	375.363	367.495

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Votalia Areia Branca II Participações S.A.
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

Em milhares de reais

	Capital Social	Reservas de Lucros			Lucros Acumulados	Total
		Reserva Legal	Reserva de Lucros	Total		
Saldos em 31 de dezembro de 2023	107.995	8.284	50.350	58.634	-	166.629
Aumento de capital	600	-	-	-	-	600
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	10.140	10.140
Destinação do lucro						
Constituição de reserva legal	-	507	-	507	(507)	-
Dividendo mínimo obrigatório	-	-	(8.705)	(8.705)	(2.408)	(11.113)
Dividendo adicional	-	-	(7.935)	(7.935)	-	(7.935)
Lucros retidos a deliberar	-	-	7.225	7.225	(7.225)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024	108.595	8.791	40.935	49.726	-	158.321
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	3.371	3.371
Destinação do lucro						
Constituição de reserva legal	-	169	-	169	(169)	-
Dividendo mínimo obrigatório	-	-	-	-	(801)	(801)
Lucros retidos a deliberar	-	-	2.401	2.401	(2.401)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2025	108.595	8.960	43.336	52.296	-	160.891

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas

1 Informações gerais e base de preparação

Esta seção provê informações gerais sobre a Companhia e descreve a base de preparação das demonstrações financeiras.

1.1 Informações gerais

A Voltaia Areia Branca II Participações S.A. (Companhia), sociedade por ações constituída em 26 de junho de 2013, tem sede administrativa e foro jurídico na Rua Bandeira Paulista, nº 1º andar, CEP 04532-010, na cidade de São Paulo, estado de São Paulo. A Companhia tem por objeto a participação direta ou indireta em sociedades organizadas sob qualquer natureza jurídica.

As controladas têm por objeto a estruturação, o desenvolvimento, a implantação, a geração e a exploração de empreendimento de energia elétrica por fonte eólica a ser desenvolvido nos parques eólicos denominados Carcará I, Carcará II e Terral. As controladas entraram em operação a partir do quarto trimestre de 2014 e suas necessidades de caixa são cobertas por intermédio do empréstimo firmado junto ao BNDES e das receitas advindas de suas operações.

As participações societárias diretas são as seguintes:

Empreendimento	% Participação
Usina de Energia Eólica Terral SPE S.A.	100,00%
Usina de Energia Eólica Carcará I SPE S.A.	100,00%
Usina de Energia Eólica Carcará II SPE S.A.	100,00%

Autorização da Usina de Energia Eólica Terral SPE S.A.

A Portaria do Ministério de Minas e Energia - MME nº 390 de 26 de junho de 2012 autorizou a Companhia a estabelecer-se como Produtora Independente de Energia Elétrica mediante a implantação e operação da Central Geradora Eólica denominada EOL Terral. De acordo com esta Portaria, a autorização vigorará pelo prazo de 35 anos, sendo o início em 28 de junho de 2012 e o término em 28 de junho 2047, podendo ser prorrogada a critério da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL e a pedido da Companhia.

Em 03 de junho de 2014 foi publicada a Resolução Autorizativa Aneel nº 4.700, na qual altera as características técnicas da usina para 30.000 kW a capacidade instalada total da mesma, constituída por 10 unidades geradoras de 3.000 kW cada. Em 18 de novembro de 2015 foi alterada a Garantia Física da usina para 17,5 MW médio, publicada pela Portaria nº 346 da Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Energético - SPDE.

A Companhia entrou em fase de teste em 21 de outubro de 2014, conforme despacho ANEEL Nº 4.194 de 21 de outubro de 2014. No dia 03 de março de 2015, foi recebido a autorização técnica do fornecedor das turbinas, para entrada em operação. Em 24 de março de 2015, a Companhia entrou em operação comercial conforme Despacho Aneel nº 740, de 23 de março de 2015.

A energia elétrica produzida pela Companhia destina-se à comercialização na modalidade de produção independente de energia elétrica, em conformidade com as condições estabelecidas nos artigos 12, 15 e 16 da Lei nº 9.074/95, regulamentada pelo Decreto nº 2.003/96.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2025

Em milhares de R\$, exceto quando indicado de outra forma

Autorização da Usina de Energia Eólica Carcará I SPE S.A.

A Portaria do Ministério de Minas e Energia - MME nº 205 de 5 de abril de 2012 autorizou a Companhia a estabelecer-se como Produtora Independente de Energia Elétrica mediante a implantação e exploração da Central Geradora Eólica denominada EOL Carcara I, constituída de 10 Unidades Geradoras, totalizando 30.000 kW de capacidade instalada. De acordo com a portaria nº 205, de 5 de abril de 2012, a autorização vigorará pelo prazo de 35 anos, sendo o início em 09 de abril de 2012 e o término em 09 de abril de 2047, podendo ser prorrogada a critério da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL e a pedido da Companhia.

A Companhia entrou em fase de teste em 31 de dezembro de 2014, conforme despacho ANEEL Nº 4.5975 de 30 de dezembro de 2014. No dia 11 de março de 2015, foi recebido a autorização técnica do fornecedor das turbinas, para entrada em operação. Em 24 de março de 2015, a Companhia entrou em operação comercial conforme Despacho Aneel nº 739, de 23 de março de 2015.

A energia elétrica produzida pela Companhia destina-se à comercialização na modalidade de produção independente de energia elétrica, em conformidade com as condições estabelecidas nos artigos 12, 15 e 16 da Lei nº 9.074/95, regulamentada pelo Decreto nº 2.003/96.

Autorização da Usina de Energia Eólica Carcará II SPE S.A.

A Portaria do Ministério de Minas e Energia - MME nº389 de 26 de junho de 2012 autorizou a Companhia a estabelecer-se como Produtora Independente de Energia Elétrica mediante a implantação e operação da Central Geradora Eólica denominada EOL Carcara II. De acordo com esta Portaria, a autorização vigorará pelo prazo de 35 anos, sendo o início em 28 de junho de 2012 e o término em 28 de junho 2047, podendo ser prorrogada a critério da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL e a pedido da Companhia.

Em 03 de junho de 2014 foi publicada a Resolução Autorizativa Aneel nº 4.698, na qual altera as características técnicas da usina para 30.000 kW a capacidade instalada total da mesma, constituída por 10 unidades geradoras de 3.000 kW cada. Em 18 de novembro de 2015 foi alterada a Garantia Física da usina para 15 MWmed, publicada pela Portaria nº 346 da Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Energético - SPDE

A Companhia entrou em fase de teste em 12 de setembro de 2014, conforme despacho ANEEL Nº 3.713 de 11 de setembro de 2014. Em 24 de dezembro de 2014, a Companhia entrou em operação comercial conforme Despacho Aneel nº 4.934, de 23 de dezembro de 2014. No dia 30 de janeiro de 2015, foi recebido a autorização técnica do fornecedor das turbinas, para entrada em operação.

A energia elétrica produzida pela Companhia destina-se à comercialização na modalidade de produção independente de energia elétrica, em conformidade com as condições estabelecidas nos artigos 12, 15 e 16 da Lei nº 9.074/95, regulamentada pelo Decreto nº 2.003/96.

Capital circulante líquido negativo

A administração avaliou a capacidade da Companhia de continuar operando normalmente e entende que possui recursos para dar continuidade aos seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando, mesmo que, em 31 de dezembro de 2025, a Companhia encontrasse com o capital circulante negativo do consolidado no montante de R\$ 54.920 (R\$ 37.533, em 31 de dezembro de 2024), tendo em vista que este saldo é impactado principalmente pela rubrica de penalidades e empréstimos e financiamentos registrados no passivo circulante. Em contrapartida o contas a receber proveniente do contratos de venda de energia registrados no ativo circulante consta apenas o valor a receber por competência, e não do contrato como um todo, de longo prazo, logo o contrato gerará recursos suficientes para liquidar estas operações de curto prazo.

Voltaia Areia Branca II Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2025
Em milhares de R\$, exceto quando indicado de outra forma

Sendo assim, estas Demonstrações Financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade operacional.

Aprovação das demonstrações financeiras

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração em 30 de abril de 2026.

1.2 Base de preparação e políticas contábeis

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que seguem os pronunciamentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (“CFC”). Desta forma, foram elaboradas considerando todas as informações relevantes da Companhia, que correspondem àquelas utilizadas pela administração na sua gestão, de acordo com o CPC 26(R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis. As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor.

1.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações contábeis apresentadas em milhares de Reais foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2 Principais informações financeiras

Esta seção provê informações detalhadas sobre linhas das demonstrações financeiras.

2.1 Resultado do exercício

2.1.1 Receita operacional, líquida

2.1.1(a) Receita com fornecimento de energia, líquida

Descrição	Consolidado			
	31/12/2025			
	Terral	Carcará I	Carcará II	Total
Receita bruta de fornecimento - CCEE	2.880	25.797	2.168	30.845
Ressarcimento (Penalidade) - CCEE	(8.806)	(4.812)	(8.176)	(21.794)
Receita bruta de fornecimento - CCEAR	26.932	-	26.925	53.857
Receita bruta de fornecimento - ACL Parte relacionada	1.643	-	851	2.494
Certificado de Energia Renovável (IREC)	77	106	57	240
Tributos Sobre Receita	(827)	(706)	(643)	(2.176)
Receita com fornecimento de energia, líquida	21.899	20.385	21.182	63.466

Voltalia Areia Branca II Participações S.A.



Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2025

Em milhares de R\$, exceto quando indicado de outra forma

	Consolidado			
	31/12/2024			
	Terral	Carcará I	Carcará II	Total
Receita bruta de fornecimento - CCEE	-	24.643	-	24.643
Receita bruta de fornecimento - CCEAR	25.553	-	25.535	51.088
Receita bruta de fornecimento - ACL Parte relacionada	5.277	-	3.017	8.294
Certificado de Energia Renovável (IREC)	136	131	119	386
Ressarcimento /(Penalidade) - CCEE	(6.292)	(3.106)	(6.776)	(16.174)
Tributos Sobre Receita	(900)	(772)	(799)	(2.471)
Receita com fornecimento de energia, líquida	23.774	20.896	21.096	65.766

2.1.1(b) Outras receitas operacionais, líquida

Descrição	Consolidado			
	31/12/2025			
	Terral	Carcará I	Carcará II	Total
Outras receitas operacionais	1.745	1.681	1.681	5.107
(-) Provisão para crédito de liquidação duvidosa	(839)	(635)	(1.056)	(2.530)
Tributos sobre receita	(64)	(61)	(61)	(186)
Outras receitas operacionais, líquida	842	985	564	2.391

Descrição	Consolidado			
	31/12/2024			
	Terral	Carcará I	Carcará II	Total
Outras receitas operacionais	1.599	519	1.592	3.710
Tributos sobre receita	(58)	(19)	(58)	(135)
Outras receitas operacionais, líquida	1.541	500	1.534	3.575

Refere-se ao valor a ser ressarcido pelo fornecedor de operação e manutenção devido a indisponibilidade de geração no parque de Terral, Carcará I e Carcará II, ou seja, geração abaixo do previsto do contrato.

2.1.2 Custos e despesas por natureza

	Controladora	
	31/12/2025	31/12/2024
	Despesas administrativas	Despesas administrativas
Despesas administrativas gerais	(33)	(46)
Serviços de terceiros	(65)	(66)
	(98)	(112)

Voltalia Areia Branca II Participações S.A.



Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2025

Em milhares de R\$, exceto quando indicado de outra forma

	Consolidado			
	31/12/2025		31/12/2024	
	Custos	Despesas administrativas	Custos	Despesas administrativas
Depreciações e amortizações	(12.155)	-	(12.032)	-
Serviços de operação & manutenção	(11.688)	-	(11.580)	-
Encargos setoriais	(6.028)	-	(5.431)	-
Energia comprada para revenda	(5.361)	-	(6.237)	-
Energia comprada para revenda - Parte relacionada	(1.145)	-	(732)	-
Certificados de energia e créditos de carbono - Parte relacionada	(37)	-	(83)	-
Serviços de operação & manutenção - Parte relacionada	(3.568)	-	(2.932)	-
Aluguel	(13)	(55)	(199)	(146)
Seguros	(1.111)	-	(1.078)	-
Despesas administrativas gerais	-	(967)	-	(116)
Serviços de terceiros	-	(2.472)	-	(1.845)
	(41.106)	(3.494)	(40.304)	(2.107)

2.1.3 Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Receita financeira				
Rendimentos de aplicações financeiras	1.162	2.599	8.534	7.131
Juros sobre mútuos	-	892	-	-
Outras receitas financeiras	124	8	129	57
Pis e cofins sobre receitas financeiras	(60)	(163)	(60)	(163)
Total	1.226	3.336	8.603	7.025
Despesa financeira				
Juros sobre empréstimos e financiamentos	-	-	(17.589)	(15.025)
Juros sobre arrendamentos	-	-	(856)	(850)
Outras despesas financeiras	(111)	(239)	(1.121)	(2.051)
Juros sobre mútuos	-	(1.069)	-	-
Atualização penalidades suspensas	-	-	(614)	-
Ajuste a valor presente	-	-	(371)	(339)
Variação cambial passiva	-	-	-	(15)
Total	(111)	(1.308)	(20.551)	(18.280)
Total de resultado financeiro	1.115	2.028	(11.948)	(11.255)

Voltalia Areia Branca II Participações S.A.



Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2025

Em milhares de R\$, exceto quando indicado de outra forma

2.1.4 Imposto de renda e contribuição social da controladora

	Controladora	
	31/12/2025	31/12/2024
Lucro (prejuízo) antes do IRPJ e CSLL	3.650	10.760
Alíquota nominal	34%	34%
IRPJ e CSLL	(1.241)	(3.658)
Resultado de equivalência Patrimonial (34%)	895	3.003
Outras adições e exclusões	67	38
Despesa de IRPJ e CSLL	(279)	(617)
Alíquota efetiva	9%	6%

2.1.5 Imposto de renda e contribuição social do consolidado

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Receita Bruta de vendas	87.436	84.411
Ressarcimento (Penalidade) - CCEE	(21.794)	(16.174)
Base ajustada	65.642	68.237
Presunção imposto de renda - 8% (a)	5.251	5.449
Presunção contribuição social - 12% (b)	7.877	8.174
Demais receitas e ganhos de capital (c)	11.619	9.244
Base de Cálculo - IRPJ (a)+(c)	16.870	14.693
Imposto de renda:15%	(2.531)	(2.204)
Adicional de imposto de renda: 10%	(1.663)	(1.971)
Total IRPJ	(4.194)	(4.175)
Base de cálculo - CSLL (b)+(c)	19.496	17.418
Contribuição social: 9%	(1.755)	(1.568)
Total de CSLL	(1.755)	(1.568)
Total IRPJ e CSLL	(5.949)	(5.743)

Voltaia Areia Branca II Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2025
Em milhares de R\$, exceto quando indicado de outra forma

2.2 Ativos e passivos financeiros**2.2.1 Instrumentos financeiros por categoria**

A Companhia possui os seguintes instrumentos financeiros:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Ativos financeiros ao custo amortizado				
Caixa e equivalente de caixa	42	342	1.616	2.487
Contas a receber de clientes	-	-	20.665	17.140
Títulos e valores mobiliários	8.549	8.026	82.853	64.952
Contas a receber e dividendos - Partes relacionadas	687	2.107	9	994
Total de ativos financeiros	9.278	10.475	105.143	85.573
Passivos financeiros ao custo amortizado				
Fornecedores	(28)	(16)	(10.995)	(9.306)
Empréstimos e financiamentos	-	-	(131.718)	(147.904)
Passivo de arrendamento	-	-	(9.871)	(9.741)
Penalidades contratuais	-	-	(52.480)	(33.030)
Contas a pagar e dividendos - Partes relacionadas	(802)	(2.409)	(2.360)	(2.770)
Total de Passivos financeiros	(830)	(2.425)	(207.424)	(202.751)
Ativos (passivos) financeiros. Líquidos	8.448	8.050	(102.281)	(117.178)

2.2.2 Caixa e equivalentes de caixa

Conforme demonstrado a seguir, compreendem os saldos de caixa e depósitos bancários à vista:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Caixa e bancos	42	342	113	359
Aplicações financeiras	-	-	1.503	2.128
	42	342	1.616	2.487

As aplicações financeiras são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de variação de valor. Essas aplicações financeiras referem-se a recursos aplicados em Certificados de Depósito Bancário (CDB) com liquidez imediata. O CDB é um título de renda fixa cuja rentabilidade varia é de **96% do CDI** - Certificado de Depósito Interbancário e está mantido junto a uma instituição financeira de rating B classificado pela Fitch Ratings.

Voltaia Areia Branca II Participações S.A.**Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2025**

Em milhares de R\$, exceto quando indicado de outra forma

2.2.3 Títulos e valores mobiliários

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Reserva SPE	-	-	45.825	35.408
Serviço da dívida - empréstimo BNDES	-	-	8.182	8.386
Centralizadora			14.295	10.071
Serviços de manutenção - O&M	-	-	2.985	2.869
Outras contas restritas	8.549	8.026	8.549	8.026
Trianon			3.017	192
Total	8.549	8.026	82.853	64.952

Os títulos e valores mobiliários são compostos, principalmente, por:

- (1) Conta Reserva SPE é a conta para qual é destinada a totalidade dos recursos remanescentes da conta Centralizadora, depois de observada a destinação dos pagamentos para as contas de O&M e de Serviço da Dívida, conforme definido em contrato juntos ao ente financiador.
- (2) Contas reservas que foram constituídas em junho de 2017 e visam garantir o pagamento dos serviços de dívida com o BNDES e dos principais prestadores de serviços necessários para operar e realizar a manutenção dos parques. O valor destinado a constituição das contas reserva do Serviço da Dívida e de O&M deve corresponder, minimamente em 31 de dezembro de 2025, a três vezes o valor gasto no referido mês com a amortização do financiamento de longo prazo (principal e encargos) e dos contratos de operação e manutenção mencionados no contrato de cessão fiduciária de direitos creditórios.
- (3) Centralizadora: Conta corrente de titularidade da Companhia mantida junto ao banco administrador (Bradesco), não sendo possível realizar movimentações sem prévia autorização deste banco e, que não estejam contratualmente estabelecidas. Esta conta possui como finalidade exclusiva a arrecadação dos recursos decorrentes dos direitos cedidos pela Companhia, em garantia de contratos de empréstimos e financiamentos (nota 2.2.6).

Tais recursos são aplicados em Fundo de investimento conforme estabelecido no contrato de cessão fiduciária, cuja gestão compete ao banco administrador de contas. O fundo busca acompanhar as variações do benchmark e seu desempenho nos últimos 12 meses foi de **99,3% do CDI** – Certificado de Depósito Interbancário.

Voltaia Areia Branca II Participações S.A.**Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2025**

Em milhares de R\$, exceto quando indicado de outra forma

2.2.4 Contas a receber de clientes

	Consolidado				Consolidado			
	31/12/2025				31/12/2024			
	Terral	Carcará I	Carcará II	Total	Terral	Carcará I	Carcará II	Total
Ativo circulante								
Distribuidoras diversas - Ambiente de contratação regulada	5.622	-	4.642	10.264	2.981	-	2.980	5.961
CCEE - Câmara de Comercialização de Energia	-	-	-	-	162	2.976	286	3.424
Ressarcimento*	-	2.320	-	2.320	1.880	-	-	1.880
Contrato bilaterais - Ambiente de contratação livre	-	-	23	23	-	-	-	-
Clientes diversos	3.479	2.528	4.571	10.578	-	-	3.013	3.013
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(839)	(635)	(1.056)	(2.530)	-	-	-	-
Total	8.262	4.213	8.180	20.655	5.023	2.976	6.279	14.278

(*) Referente à receita fixa de geração de energia eólica, após a declaração de apta recebida pela ANEEL em 30 de junho de 2015.

(**) Referente à provisão de receita variável relativa ao 2º quadriênio, vigência julho de 2022 a junho de 2026.

Em 31 de dezembro de 2025 o saldo passa a ser apresentado na nota 2.2.7 Penalidades contratuais.

O prazo médio de recebimento dos valores relativos às vendas de energia para distribuidoras diversas é de 45 dias da data do faturamento.

Os contratos de venda de energia foram cedidos em garantia ao financiamento do BNDES (Nota 2.2.6).

Voltalia Areia Branca II Participações S.A.



Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2025

Em milhares de R\$, exceto quando indicado de outra forma

2.2.5 Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Serviços de terceiros	28	16	5.923	4.670
Encargos setoriais	-	-	843	646
Seguros	-	-	149	833
Aluguel	-	-	135	312
Energia	-	-	3.851	2.845
Materiais	-	-	94	-
Total de fornecedores	28	16	10.995	9.306

2.2.6 Empréstimos e financiamentos

2.2.6(a) Composição de saldo

Controlada	Financiamentos	Encargos financeiros incidentes	Moeda	Prazo do contrato	31/12/2025	31/12/2024
Terral	BNDES	TJLP + 2,18% a.a.	Real	24/08/2015 - 15/11/2031	47.944	53.475
Carcará I	BNDES	TJLP + 2,18% a.a.	Real	12/05/2014 - 15/01/2031	35.790	40.929
Carcará II	BNDES	TJLP + 2,18% a.a.	Real	16/12/2014 - 15/07/2031	47.984	53.500
					131.718	147.904
Total circulante					22.333	21.550
Total não circulante					109.385	126.354

O financiamento junto ao BNDES possui custos de transação que são apropriados ao resultado conforme tempo total de contrato e são registrados em conta redutora no passivo da Companhia.

A taxa efetiva em 31 de dezembro de 2025 é de 9,07% em Terral, 9,06% para Carcará I, e 9,17% para Carcará II.

2.2.6(b) Movimentação dos empréstimos e financiamentos, nos exercícios

	31/12/2025	30/12/2024
Saldo inicial	147.904	167.968
Juros incorridos	17.589	15.026
Juros pagos	(12.101)	(12.854)
Amortização de principal	(21.674)	(22.236)
Saldo final	131.718	147.904

Voltalia Areia Branca II Participações S.A.



Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2025

Em milhares de R\$, exceto quando indicado de outra forma

2.2.6(c) Cláusulas restritivas

O financiamento junto ao BNDES estabelece que o Índice de cobertura do serviço da dívida ("ICSD") deve ser igual ou superior a 1,3 sendo calculado ao término do exercício social da Companhia. Para 31 de dezembro de 2025 o índice calculado foi de 2,60 (2,86 em 31 de dezembro de 2024).

	Terral	Carcará I	Carcará II	AB II	Total
Caixas e aplicações financeiras totais do ano anterior	26.107	10.797	22.167	8.368	67.439
(-) Conta reserva do serviço da dívida	(2.949)	(2.474)	(2.963)	-	(8.386)
(-) Conta reserva O&M	(956)	(957)	(956)	-	(2.869)
(A) Caixa inicial da atividade	22.202	7.366	18.248	8.368	56.184
Ajustes no EBITDA					
Lucro no período de 12 meses findo em 31 de dezembro de 2025	116	2.736	(219)	3.371	6.004
(+) Provisão de imposto de renda e contribuição social	2.322	1.659	1.688	279	5.948
(-ou+) Resultado de itens não recorrentes	-	-	-	-	-
(+/-) Resultado financeiro	4.141	4.128	4.793	1.115	14.177
(+) Depreciação e amortização	4.024	3.788	4.341	-	12.153
EBITDA ajustado	10.603	12.311	10.603	4.765	38.282
(-) Despesas de Imposto de renda e contribuição social no período de 12 meses de diferimento	(2.322)	(1.238)	(1.750)	(616)	(5.926)
(-) Distribuição de capital a qualquer título prevista para o ano seguinte ao Aref	(28)	(650)	-	(801)	(1.479)
(B) EBITDA ajustado com efeito do imposto de renda e contribuição social	8.253	10.423	8.853	3.348	30.877
(C) Serviço da dívida no ano de referência, correspondente ao somatório do valor do principal e juros da dívida com o BNDES					
	11.783	9.848	11.841	-	33.472
Índice de cobertura do serviço de dívida (A + B) / (C)	2,58	1,81	2,29	N/A	2,60

2.2.6(d) Garantias

São garantias do contrato do BNDES o penhor de ações, a cessão fiduciária de direitos creditórios e emergentes, alienação fiduciária de bens (30 turbinas para a geração de energia conforme mencionado na Nota 2.3.1), fiança bancária durante a construção e até a conclusão física e financeira do projeto conforme definido nas cláusulas contratuais, e contas reserva no valor de 3 meses de serviço da dívida e 3 meses de operação e manutenção.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2025

Em milhares de R\$, exceto quando indicado de outra forma

2.2.7 Passivo de arrendamento

A movimentação do passivo de arrendamento está assim demonstrada:

Passivo de arrendamentos	31/12/2023	Juros	Pagamentos	Atualização Contratual	Adições / Baixas	Transf CP / LP	31/12/2024
Passivo Circulante	420	-	(419)	-	-	455	456
Passivo Não Circulante	9.786	850	(850)	(46)	-	(455)	9.285
Total no Passivo	10.206	850	(1.269)	(46)	-	-	9.741
Passivo de arrendamentos	31/12/2024	Juros	Pagamentos	Atualização Contratual	Adições / Baixas	Transf CP / LP	31/12/2025
Passivo Circulante	456	-	(320)	29	-	363	528
Passivo Não Circulante	9.285	856	(857)	422	-	(363)	9.343
Total no Passivo	9.741	856	(1.177)	451	-	-	9.871

2.2.8 Penalidades contratuais

O contrato de comercialização de energia elétrica no ambiente regulado (CCEARS) prevê a verificação Anual e Quadrienal quanto ao cumprimento contratual.

Para a apuração dos montantes são verificadas as diferenças entre a geração da usina e a energia contratada. Na verificação anual (período de janeiro a dezembro de cada ano), caso a geração neste período seja menor do que 90% da energia contratada, haverá o ressarcimento anual por desvios negativos de geração, essa diferença (Geração - 90% do Contrato) deverá ser paga em 12 parcelas mensais uniformes ao longo do ano contratual seguinte. Esse montante deverá ser valorado ao maior valor entre preço de venda atualizado ou média do PLD (Preço das Liquidações das Diferenças divulgado pela CCEE) do ano do cálculo, conforme expresso na cláusula 8ª do referido contrato.

Para a verificação quadrienal, será feita a cada período de 4 anos (janeiro a dezembro), que se repetirá 4 vezes durante o período contratual (20 anos), serão verificados a geração da usina e a energia contratada dos últimos 4 anos, caso a geração neste período esteja entre 90% e 100% da energia contratada, o ressarcimento quadrienal por desvios negativos de geração será pago em 12 parcelas mensais uniformes ao longo do ano contratual seguinte, valorado ao maior valor entre preço de venda atualizado ou média do PLD (preço das liquidações das diferenças divulgado pela CCEE) dos quatros anos do cálculo, conforme expresso na cláusula 8ª do referido contrato.

Em fevereiro de 2020, deveria ser iniciado o pagamento da penalidade quadrienal referente ao 1º quadriênio 2016 a 2019, o valor total destas penalidades é de 2.849, dividido em 24 parcelas de 119, porém em agosto de 2019 a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, suspendeu o pagamento da penalidade devido ao “Constrained-off”, conforme Despacho nº 2.303 de 20 de agosto de 2019, que trata de uma redução da produção de energia por usinas despachadas centralizadamente decorrente de ocorrências na rede de controle do Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS que tenham sido originados externamente às instalações das respectivas usinas, em resumo o Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS solicita a interrupção de

Voltaia Areia Branca II Participações S.A.
**Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais
e consolidadas em 31 de dezembro de 2025**

 Em milhares de R\$, exceto quando indicado de outra forma

geração na operação do Sistema Interligado Nacional - SIN. Vale ressaltar que o “Constrained-off” é previsto nas regras de comercialização de energia.

As penalidades começaram a ser pagas para a empresa Terral de acordo com o comunicado informado pela CCEE em dezembro de 2022. No momento já pagamos toda a penalidade do anuênio de 2019-2020 e quadriênio de 2016-2019 que ocorreram de outubro até dezembro de 2023. A partir do faturamento de janeiro de 2024, começaremos a pagar a penalidade anual de 2020 que será em sua totalidade até o faturamento referente ao mês de março de 2024. As penalidades referentes a 2021 (outubro a dezembro) para frente ainda estarão suspensas até o processo da consulta pública ANEEL nº22/2022 seja concluído.

No segundo semestre de 2025, as restrições de geração impostas pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) na região Nordeste do Brasil aumentaram significativamente em comparação com o mesmo período de 2024, processo este chamado de curtailment, o qual pode ser atribuído a uma combinação de fatores estruturais e conjunturais.

Em 24 de novembro de 2025, foi promulgada a Lei nº 15.269/2025, que define um novo marco regulatório para o setor elétrico, trazendo dispositivos que permitirão compensação financeira aos agentes de geração de energia eólica conectados ao Sistema Interligado Nacional (SIN), visando cobrir perdas financeiras decorrentes de cortes de geração motivados por indisponibilidade externa ou por requisitos de confiabilidade elétrica da operação do sistema. Tal compensação será aplicada aos eventos ocorridos entre 1º de setembro de 2023 e a data de entrada em vigor desta Lei, estando condicionada ao atendimento dos requisitos nesta previstos, incluindo a celebração de termo de compromisso com o Poder Concedente.

Em 31 de dezembro de 2025, os montantes registrados estão apresentados a seguir:

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Saldo inicial	33.029	20.029
Atualização financeira	614	932
Pagamentos penalidades	(377)	(692)
Ressarcimento - em curso	19.214	12.761
Saldo final	<u>52.480</u>	<u>33.030</u>
Passivo circulante		
Terral	15.061	3.897
Carcará II	2.021	-
Carcará II	24.705	19.158
	<u>41.787</u>	<u>23.055</u>
Passivo não circulante		
Terral	5.270	7.289
Carcará II	5.423	2.686
	<u>10.693</u>	<u>9.975</u>

Voltaia Areia Branca II Participações S.A.**Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2025**

Em milhares de R\$, exceto quando indicado de outra forma

2.3 Ativos e passivos não-financeiros**2.3.1 Imobilizado**

	31/12/2025		31/12/2024	
	Custo Histórico	Valor líquido	Custo Histórico	Valor líquido
Imobilizado em operação				
Aerogeradores, máquinas e equipamentos de geração	425.312	251.957	425.312	262.569
Total do imobilizado em operação	425.312	251.957	425.312	262.569
Bens em operação				
Materiais sobressalentes	1.366	1.008	1.366	945
Veículos	162	3	162	3
Instalações	121	40	121	68
Moveis e utensílios	48	13	48	16
Equipamentos de informática	24	124	24	150
Máquinas e equipamentos	1.717	1.041	1.717	1.277
Terreno - Direito de uso	15.692	8.423	10.514	8.534
Veículo - Direito de uso	7	(2)	7	1
Total dos bens em operação	19.137	10.650	13.959	10.994
Total do imobilizado	444.449	262.607	439.271	273.563

Todo o montante de depreciação foi reconhecido nos custos de produção. Os financiamentos com o BNDES (Nota 2.2.6) estão garantidos por 30 turbinas de geração de energia.

2.3.1(a) Movimentações em 2025

	Valor líquido em 31/12/2024	Atualização contratual	Adições (Baixas)	Depreciação	Valor líquido em 31/12/2025
Imobilizado em operação					
Aerogeradores, máquinas e equipamentos de geração	262.569	-	329	(10.941)	251.957
Total do imobilizado em operação	262.569	-	329	(10.941)	251.957
Bens em operação					
Materiais sobressalentes	945	-	107	(44)	1.008
Veículos	3	-	-	-	3
Instalações	68	-	(9)	(19)	40
Moveis e utensílios	16	-	1	(4)	13
Equipamentos de informática	150	-	7	(33)	124
Máquinas e equipamentos	1.277	-	(6)	(230)	1.041
Terreno - Direito de uso	8.534	451	160	(722)	8.423
Veículo - Direito de uso	1	-	(3)	-	(2)
Total dos bens em operação	10.994	451	257	(1.052)	10.650
Total do imobilizado	273.563	451	586	(11.993)	262.607

Voltaia Areia Branca II Participações S.A.**Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2025**

Em milhares de R\$, exceto quando indicado de outra forma

2.3.1(b) Movimentações em 2024

	Valor líquido em 31/12/2023	Atualização contratual	Adições (Baixas)	Desmobilização	Depreciação	Valor líquido em 31/12/2024
Imobilizado em operação						
Aerogeradores, máquinas e equipamentos de geração	272.419	-	609	309	(10.768)	262.569
Total do imobilizado em operação	272.419	-	609	309	(10.768)	262.569
Bens em operação						
Materiais sobressalentes	999	-	-	-	(54)	945
Veículos	3	-	-	-	-	3
Instalações	49	-	33	-	(14)	68
Moveis e utensílios	24	-	-	-	(8)	16
Equipamentos de informática	44	-	114	-	(8)	150
Máquinas e equipamentos	1.441	-	52	-	(216)	1.277
Terreno - Direito de uso	9.264	(48)	-	-	(682)	8.534
Veículo - Direito de uso	1	-	-	-	-	1
Total dos bens em operação	11.825	(48)	206	-	(989)	10.994
Total do imobilizado	284.244	(48)	815	309	(11.757)	273.563

2.3.2 Intangível

O valor registrado no Intangível corresponde, substancialmente, aos gastos incorridos no desenvolvimento do projeto de parque de geração de energia eólica, no município de Areia Branca.

	31/12/2025		31/12/2024	
	Custo Histórico	Valor líquido	Custo histórico	Valor líquido
Intangível em operação				
Gastos desenvolvimento	6.882	3.985	6.882	4.145
Software	56	(25)	56	(25)
Total do intangível em operação	6.938	3.960	6.938	4.120
Total do intangível	6.938	3.960	6.938	4.120

2.3.2(a) Movimentações em 2025

	Valor líquido em 31/12/2023	Amortização	Valor líquido em 31/12/2024	Amortização	Valor líquido em 31/12/2025
Intangível em operação					
Gastos desenvolvimento	4.394	(249)	4.145	(160)	3.985
Software	2	(27)	(25)	-	(25)
Total do intangível em operação	4.396	(276)	4.120	(160)	3.960
Total do intangível	4.396	(276)	4.120	(160)	3.960

Voltalia Areia Branca II Participações S.A.



Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2025

Em milhares de R\$, exceto quando indicado de outra forma

2.3.3 Investimentos

	Ações		% Participação		Ativos Totais		Passivos (Circulante e Não Circulante)	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
	Ordinárias	Ordinárias	Capital Social Integralizado	Capital Votante				
Controladas								
Usina de Energia Eólica Terral SPE S.A.	37.022	37.022	100%	100%	130.240	125.883	80.222	75.952
Usina de Energia Eólica Carcará I SPE S.A.	35.899	35.899	100%	100%	103.978	104.623	45.820	48.550
Usina de Energia Eólica Carcará II SPE S.A.	37.233	37.233	100%	100%	131.414	127.436	88.291	84.335
Total Investimento					365.632	357.942	214.333	208.837

	Patrimônio Líquido		Receitas Líquida		Resultado do exercício	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Controladas						
Usina de Energia Eólica Terral SPE S.A.	50.018	49.931	21.899	23.774	116	3.575
Usina de Energia Eólica Carcará I SPE S.A.	58.158	56.072	20.385	20.896	2.736	4.036
Usina de Energia Eólica Carcará II SPE S.A.	43.123	43.342	21.182	21.086	(219)	1.220
Total Investimento	151.299	149.345	63.466	65.756	2.633	8.831

Voltaia Areia Branca II Participações S.A.
**Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
em 31 de dezembro de 2025**

Em milhares de R\$, exceto quando indicado de outra forma

2.3.3(a) Movimentações em 2025

Companhias	31/12/2024	Equivalência	Dividendos	31/12/2025
Usina de Energia Eólica Terral SPE S.A.	49.931	116	(28)	50.019
Usina de Energia Eólica Carcará I SPE S.A.	56.072	2.736	(650)	58.158
Usina de Energia Eólica Carcará II SPE S.A.	43.342	(219)	-	43.123
Total	149.345	2.633	(678)	151.300

2.3.3(b) Movimentações em 2024

Companhias	31/12/2023	Equivalência	Aumento Participação societária	Dividendos	31/12/2024
Usina de Energia Eólica Terral SPE S.A.	46.899	3.575	306	(849)	49.931
Usina de Energia Eólica Carcará I SPE S.A.	52.689	4.036	306	(959)	56.072
Usina de Energia Eólica Carcará II SPE S.A.	42.106	1.220	306	(290)	43.342
Total	141.694	8.831	918	(2.098)	149.345

Voltaia Areia Branca II Participações S.A.**Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2025**

Em milhares de R\$, exceto quando indicado de outra forma

2.4 Patrimônio líquido**2.4.1 Capital social**

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 o capital social da Companhia é de R\$ 108.595, dividido em 108.595.000 ações sem valor nominal.

2.4.2 Destinação do lucro

As ações têm direito a dividendos mínimos obrigatórios de 25% do lucro líquido ajustado nos termos da Lei nº6.404/76, ressalvadas as hipóteses previstas nos parágrafos terceiro e quarto do Artigo 202 da referida lei.

O saldo restante do lucro líquido ajustado deverá permanecer na conta de lucros acumulados até que a Assembleia Geral delibere sobre sua destinação.

O estatuto da Companhia assegura a destinar 5% do lucro líquido do exercício auferido, que não exceda 20% do capital social, para constituição da reserva legal. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social da Companhia e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital, caso seja determinado pela Assembleia de Acionistas.

A Companhia apresentou lucro em 31 de dezembro de 2025, que foi destinado da seguinte forma:

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Lucro líquido apurado no exercício	3.371	10.140
Constituição da reserva legal - 5%	(169)	(507)
	<u>3.202</u>	<u>9.633</u>
Destinação do Lucro:	<u>3.202</u>	<u>9.633</u>
Dividendos mínimos obrigatórios	801	2.408
Lucros retidos a deliberar	2.401	7.225

3 Estimativas críticas e riscos

Esta seção apresenta os variados riscos aos quais está exposta a Companhia e demonstra como esses riscos poderiam impactar as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia e sua performance.

3.1 Estimativas críticas e julgamentos

A elaboração das demonstrações financeiras requer que a Administração use de julgamentos, estimativas contábeis e premissas, que afetam os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas, cujos resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir.

Depreciação e amortização do ativo fixo

A depreciação/ amortização do ativo fixo leva em consideração premissas com alto grau de julgamento, tais como a vida útil e valor residual dos ativos. Quaisquer mudanças nessas premissas podem implicar na alteração das taxas de depreciação/amortização e, como consequência, na valorização do ativo fixo.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2025

Em milhares de R\$, exceto quando indicado de outra forma

Determinação estimativa de custos desmobilização e taxa de desconto da provisão para desmobilização

As provisões para desmobilização são contabilizadas com base na melhor estimativa da Administração na data de mensuração sobre os custos futuros utilizando a premissa da taxa de desconto. O período entre o reconhecimento inicial e a efetivação da desmobilização, assim como a variação na taxa de desconto, podem ocasionar variações no valor reconhecido, dessa forma, a provisão é revisada periodicamente conforme o curso do negócio para que todas estas possíveis alterações sejam mapeadas gerando contrapartida no custo do ativo.

Cálculo da provisão ressarcimento no âmbito do contrato de fornecimento

A provisão para perda/ ressarcimento do contrato de fornecimento de energia é baseada, principalmente, na geração futura de ventos. A Companhia aplica julgamento para estabelecer essa premissa, com base em estudos técnicos.

Determinação da taxa efetiva de juros para fins de valorização dos empréstimos.

Os empréstimos são mensurados de acordo com o método da taxa efetiva de juros, que é determinada com base na premissa de fluxos de caixa do contrato e julgamento de quais custos são elegíveis como “custos de transação”.

Reconhecimento de danos liquidados

A garantia de disponibilidade é calculada de acordo com as premissas definidas no contrato. Se o contratado não cumprir essa garantia, deverá pagar as penalidades pela indisponibilidade. A garantia é especialmente útil em contratos de fornecimento e operação e manutenção de aerogeradores, onde atrasos ou falhas na entrega e manutenções podem causar prejuízos significativos e comprometer projetos. Dessa forma, a cláusula é usada para evitar disputas sobre o valor dos danos causados pelo inadimplemento.

3.2 Gestão de riscos

A administração dos riscos é realizada por meio de políticas, definição de estratégias e implementação de sistemas de controle, definidos pela diretoria e aprovados pela Diretoria da Companhia.

As atividades da Companhia a expõem a diversos riscos, tais como o risco regulatório, riscos de mercado (incluindo risco de taxa de juros e risco de crédito) e risco de liquidez. O programa de gestão de risco da Companhia se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia.

Na elaboração das análises de sensibilidade por fator de risco, a Companhia efetuou os seguintes procedimentos:

- Identificação dos riscos de mercado que podem gerar prejuízos materiais para a Companhia;
- Definição de um cenário provável do comportamento do risco que, caso ocorra, possa gerar resultados adversos para a Companhia; e
- Definição de cenários adicionais na variável de risco considerada.

3.2.1 Risco regulatório

A atividade da Companhia, assim como a atividade de seus concorrentes, é regulamentada e fiscalizada pela ANEEL. Qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre as atividades do grupo.

Voltaia Areia Branca II Participações S.A.
**Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
em 31 de dezembro de 2025**

 Em milhares de R\$, exceto quando indicado de outra forma

3.2.2 Riscos de mercado

3.2.2(a) Risco de taxa de juros

O risco de taxa de juros da Companhia decorre, principalmente, de empréstimos e financiamentos de longo prazo.

O financiamento adquirido junto ao BNDES possui taxas variáveis e expõe a Companhia ao risco de taxa de juros de fluxo de caixa. Os empréstimos adquiridos junto as empresas do grupo possuem taxas fixas.

3.2.2(b) Risco de crédito

O risco de inadimplência impacta as receitas de maneiras uniformes, tanto a energia repassada para a CCEE ou Terceiros, de acordo com o contrato de fornecimento (CER).

Toda a geração das usinas foi vendida como energia de reserva, cujo custo é absorvido por todos os consumidores do sistema, que realizam os pagamentos por meio do Encargo de Energia de Reserva (EER). Existe a possibilidade de inadimplência por parte destes consumidores, e para mitigar esse risco, a CCEE gerencia a Conta de Energia de Reserva (CONER), por meio da qual é feito o recebimento dos pagamentos do EER.

3.2.3 Risco de liquidez

O gerenciamento do fluxo de caixa é realizado de forma centralizada pela controladora, sendo sua projeção monitorada continuamente, a fim de garantir e assegurar as exigências de liquidez, os limites ou cláusulas dos contratos de empréstimos e caixa suficiente para atendimento às necessidades operacionais do negócio.

Eventual excesso de caixa disponível pela Companhia é investido em contas-correntes com incidência de juros, depósitos a prazos e depósitos de curto prazo, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem, conforme determinado pelas previsões acima mencionadas.

A tabela a seguir analisa os passivos financeiros da Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao exercício remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento. Os valores divulgados na tabela são os saldos contábeis em 31 de dezembro de 2025 e 2024, conforme apresentado abaixo:

	CONTROLADORA				Total
	Menos de um ano	Entre um ano e dois anos	Entre dois e cinco anos	Acima de cinco anos	
Em 31 de dezembro de 2025					
Fornecedores	28	-	-	-	28
Contas a pagar - Partes relacionadas	1	-	-	-	1
Dividendos - Partes relacionadas	801	-	-	-	801
Em 31 de dezembro de 2024					
Fornecedores	16	-	-	-	16
Contas a pagar - Partes relacionadas	1	-	-	-	1
Dividendos - Partes relacionadas	2.408	-	-	-	2.408

Voltaia Areia Branca II Participações S.A.**Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2025**

Em milhares de R\$, exceto quando indicado de outra forma

	CONSOLIDADO				Total
	Menos de um ano	Entre um ano e dois anos	Entre dois e cinco anos	Acima de cinco anos	
Em 31 de dezembro de 2025					
Fornecedores	10.995	-	-	-	10.995
Empréstimos e financiamentos	22.333	22.333	66.999	20.053	131.718
Contas a pagar - Partes relacionadas	1.559	-	-	-	1.559
Dividendos - Partes relacionadas	801	-	-	-	801
Penalidades contratuais	41.787	-	10.693	-	52.480
Passivos de Arrendamentos	528	528	1.584	7.231	9.871
Em 31 de dezembro de 2024					
Fornecedores	9.306	-	-	-	9.306
Empréstimos e financiamentos	21.550	21.059	63.178	42.117	147.904
Contas a pagar - Partes relacionadas	-	362	-	-	362
Dividendos - Partes relacionadas	2.408	-	-	-	2.408
Penalidades contratuais	23.055	-	9.975	-	33.030
Passivos de Arrendamentos	456	497	1.773	7.015	9.741

4 Itens não reconhecidos**4.1 Contingências****Usina de Energia Eólica Terral SPE S.A.****Perdas possíveis não provisionadas no balanço**

A Empresa é parte em processo judicial e administrativo, em tramitação perante tribunais e órgãos governamentais, decorrente do curso normal de suas operações, envolvendo matéria de natureza tributária.

A Administração, com base na avaliação de seus assessores jurídicos externos e na análise individual das demandas em andamento, concluiu que não há, em 31 de dezembro de 2025, processos com probabilidade de perda classificada como provável que demandem o reconhecimento de provisão, nos termos da legislação aplicável.

Contudo, a Empresa possui processo cuja probabilidade de perda é classificada como possível, para o qual não há constituição de provisão, mas que é divulgado para fins de transparência, conforme apresentado a seguir:

- **Tributários:** correspondem a processo administrativo em trâmite perante a Receita Federal do Brasil, relacionado a exigências fiscais relacionadas a IRPJ e CSLL, no montante aproximado de R\$ 123.

Usina de Energia Eólica Carcará I SPE S.A.

A Empresa é parte em ações judiciais e arbitrais perante tribunais e câmaras de arbitragem, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões cíveis e trabalhistas. A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes e, quanto às ações trabalhistas, com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, constituiu provisão para as causas com expectativa de perda considerada provável, que em 31 de dezembro de 2025 eram no

Voltaia Areia Branca II Participações S.A.



Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2025

Em milhares de R\$, exceto quando indicado de outra forma

montante de R\$ 41 (R\$ 0 em 31 de dezembro de 2024).

Além disso, a Empresa também possui processos cuja probabilidade de perda é classificada como possível, para os quais não há constituição de provisão, mas que são divulgados para fins de transparência, conforme apresentado a seguir:

- Trabalhistas: compreendem, majoritariamente, reclamações trabalhistas relacionadas à responsabilidade subsidiária da Empresa por obrigações de prestadores de serviços terceirizados. Tais processos encontram-se, em sua maioria, em fase recursal, e, de forma consolidada, representam montante aproximado de R\$ 200.

Usina de Energia Eólica Carcará II SPE S.A.

Perdas possíveis não provisionadas no balanço

A Empresa é parte em processos judiciais e administrativos, em tramitação perante tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal de suas operações, envolvendo, principalmente, matérias de natureza tributária, trabalhista e cível.

A Administração, com base na avaliação de seus assessores jurídicos externos e na análise individual das demandas em andamento, concluiu que não há, em 31 de dezembro de 2025, processos com probabilidade de perda classificada como provável que demandem o reconhecimento de provisão, nos termos da legislação aplicável.

Contudo, a Empresa possui processos cuja probabilidade de perda é classificada como possível, para os quais não há constituição de provisão, mas que são divulgados para fins de transparência, conforme apresentado a seguir:

- Cíveis: referem-se, as ações, envolvendo discussão acerca da responsabilidade em adequações em infraestrutura de linhas de transmissão de energia elétrica e indenizações referente a faixa de servidão administrativa. O valor total envolvido é de aproximadamente R\$ 7.647.
- Tributários: correspondem a processo administrativo em trâmite perante a Receita Federal do Brasil, relacionado à exigências fiscais relacionadas a IRPJ e CSLL, no montante aproximado de R\$ 1.169.

5 Outras informações

Esta seção inclui outras informações que devem ser divulgadas para cumprimento das exigências das normas contábeis e outros pronunciamentos.

Votalia Areia Branca II Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
em 31 de dezembro de 2025

Em milhares de R\$, exceto quando indicado de outra forma

5.1 Transações com partes relacionadas

A Companhia possui contas a pagar com as empresas do grupo Votalia como segue.

5.1.1 Saldos e transações

	Ativo Dividendos	Ativo contas a receber - Partes relacionadas	Passivo contas a pagar	Passivo dividendos	Ativo - Dividendos	Ativo contas a receber	Passivo contas a pagar	Passivo dividendos
Circulante								
Votalia Areia Branca I Participações S.A	-	9	1	801	-	9	1	2.408
Usina de Energia Eólica Terral SPE S.A	28	-	-	-	849	-	-	-
Usina de Energia Eólica Carcará I SPE S.A	650	-	-	-	959	-	-	-
Usina de Energia Eólica Carcará II SPE S.A	-	-	-	-	290	-	-	-
Total Circulante	678	9	1	801	2.098	9	1	2.408
Total	678	9	1	801	2.098	9	1	2.408



Voltaia Areia Branca II Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
em 31 de dezembro de 2025

Em milhares de R\$, exceto quando indicado de outra forma

	Consolidado											
	31/12/2025						31/12/2024					
	Ativo contas a receber	Passivo contas a pagar	Passivo dividendos	Resultado (Venda de energia)	Resultado (serviços/gastos administrativos)	Resultado (Compra de energia)	Ativo contas a receber	Passivo contas a pagar	Passivo dividendos	Resultado (Venda de energia)	Resultado (serviços/gastos administrativos)	Resultado (Compra de energia)
Circulante												
Voltaia Areia Branca I Participações S.A	-	-	801	-	-	-	994	1	2.408	-	-	-
Usina de Energia Eólica Terral SPE S.A	9	-	-	1.643	-	-	-	-	-	-	-	-
Usina de Energia Eólica Carcará II SPE S.A	-	-	-	851	-	-	-	-	-	-	-	-
Voltaia Energia COMERC Ltda	-	401	-	-	-	(1.145)	-	35	-	8.294	-	(732)
Voltaia Serviços do Brasil	-	277	-	-	(609)	-	-	140	-	-	(616)	-
Voltaia Energia do Brasil Ltda	-	881	-	-	(2.959)	-	-	186	-	-	(2.316)	-
Total Circulante	9	1.559	801	2.494	(3.568)	(1.145)	994	362	2.408	8.294	(2.932)	(732)

Voltaia Areia Branca II Participações S.A.**Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2025**

Em milhares de R\$, exceto quando indicado de outra forma

5.2 Seguros – Não Auditado

Os seguros contratados seguem a política da Companhia no que tange à cobertura de ativos próprios de acordo com a análise de risco e o aspecto econômico-financeiro. As principais coberturas de seguros da Companhia estão associadas a riscos em construções, instalação e montagem das torres eólicas.

SEGUROS VIGENTES PARA O COMPLEXO DE ARB			
	RAMO	VIGENCIA / SEGURADORA	VALOR EM RISCO
GARANTIA			
CARCARA I	RESPONSABILIDADE CIVIL	28/11/2024 A 28/11/2026 - AXA SEGUROS	10.000
CARCARA I	RISCOS OPERACIONAIS	13/12/2024 A 13/12/2025 - SWISS RE SEGURADORA	203.830
CARCARA I	RISCOS OPERACIONAIS	13/12/2025 A 13/12/2027 - SWISS RE SEGURADORA	205.198
CARCARA II	RESPONSABILIDADE CIVIL	28/11/2024 A 28/11/2026 - TOKIO MARINE SEGURADORA	10.000
CARCARA II	RISCOS OPERACIONAIS	13/12/2024 A 13/12/2025 - SWISS RE SEGURADORA	206.908
CARCARA II	RISCOS OPERACIONAIS	13/12/2025 A 13/12/2027 - SWISS RE SEGURADORA	208.478
TERRAL	RESPONSABILIDADE CIVIL	28/11/2024 A 28/11/2026 - TOKIO MARINE SEGURADORA	10.000
TERRAL	RISCOS OPERACIONAIS	13/12/2024 A 13/12/2025 - SWISS RE SEGURADORA	208.886
TERRAL	RISCOS OPERACIONAIS	13/12/2025 A 13/12/2027 - SWISS RE SEGURADORA	209.895

6 Políticas contábeis Materiais**6.1 Caixa e equivalentes de caixa**

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo com liquidez imediata e risco insignificante de mudança de valor, sendo o saldo apresentado líquido de saldos em contas garantidas na demonstração do fluxo de caixa.

6.2 Imobilizado

O ativo imobilizado está demonstrado ao valor de custo, deduzido de depreciação. São registrados como parte dos custos dos honorários profissionais e, no caso de ativos qualificáveis, os custos de empréstimos capitalizados de acordo com a política contábil da Companhia. Tais imobilizações são classificadas nas categorias adequadas do imobilizado quando concluídas e prontas para o uso pretendido. A depreciação desses ativos inicia-se quando eles estão prontos para o uso pretendido na mesma base dos outros ativos imobilizados.

A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo pelo método linear, de modo que o valor do custo menos o seu valor residual após sua vida útil seja integralmente baixado (exceto para terrenos e construções em andamento). A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados no final da data do balanço patrimonial e os efeitos de quaisquer mudanças nas estimativas são contabilizados prospectivamente.

A depreciação dos ativos é calculada com base no método linear durante a vida útil, que é estimada como segue:

- Benfeitorias em imóveis de terceiros - 5-15 anos.
- Máquinas - 10 anos.
- Veículos - 5 anos.
- Móveis, utensílios e equipamentos - 10 anos.
- Equipamentos de processamento de dados - 5 anos.
- Instalações - 10 anos.
- Turbinas Eólicas – 32 anos. (2022 – 25 anos)

Voltaia Areia Branca II Participações S.A.



Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2025

Em milhares de R\$, exceto quando indicado de outra forma

O valor de um ativo é reduzido imediatamente para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior que seu valor recuperável estimado.

Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos em "Outras receitas (despesas)", na demonstração do resultado do exercício.

Desmobilização

As provisões dos custos de desmobilização dos ativos são efetuadas com base no valor presente dos custos futuros estimados para desmantelamento utilizando a premissa da taxa de desconto. São reconhecidas em contrapartida ao ativo correspondente e acrescidas pela atualização financeira alocada no resultado financeiro no momento do seu reconhecimento.

6.3 Intangível

6.3.1 Ativos intangíveis separadamente adquiridos

Os ativos intangíveis com vida útil definida, adquiridos separadamente são registrados ao custo, deduzido da amortização acumulada e impairment. A amortização é reconhecida pelo método linear com base na vida útil estimada dos direitos. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no fim de cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

Os softwares corporativos são capitalizados com base nos custos incorridos para aquisição e para fazer com que eles estejam prontos para ser utilizados, amortizados durante sua vida útil estimada.

Os gastos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos.

A depreciação dos ativos intangíveis é calculada com base no método linear durante a vida útil e o tempo de contrato de 25 anos.

6.3.2 Ativos Intangíveis internamente gerados

Os gastos com pesquisa são reconhecidos como despesas na medida em que são incorridos.

O ativo intangível gerado internamente resultante dos gastos com a fase de desenvolvimento dos projetos internos é reconhecido se, e somente se, as seguintes condições são atendidas:

- Viabilidade técnica de completar o ativo intangível para que ele seja disponibilizado para uso ou venda;
- Intenção e capacidade de concluir o ativo intangível e usá-lo ou vendê-lo;
- Alta probabilidade de gerar benefícios econômicos futuros;
- Disponibilidade de recursos técnicos e financeiros adequados para completar o desenvolvimento do ativo intangível e para usá-lo ou vendê-lo; e
- Capacidade de mensurar com segurança os gastos atribuíveis ao ativo intangível durante seu desenvolvimento.

O montante inicialmente reconhecido de ativos intangíveis gerados internamente corresponde à soma dos gastos incorridos desde que o ativo intangível passou a atender aos critérios de reconhecimento mencionados anteriormente. Quando nenhum ativo intangível gerado

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2025**Em milhares de R\$, exceto quando indicado de outra forma**

internamente puder ser reconhecido, os gastos com desenvolvimento serão reconhecidos no resultado do exercício, quando incorridos.

Posteriormente ao reconhecimento inicial, os ativos intangíveis gerados internamente são contabilizados pelo valor de custo, deduzido da amortização acumulada e de eventual ajuste ao valor recuperável.

6.3.3 Baixa de ativos intangíveis

Um ativo intangível é baixado quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso ou da alienação. Os ganhos ou as perdas resultantes da baixa de um ativo intangível, mensurados como as diferenças entre as receitas líquidas da alienação e o valor contábil do ativo, são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado

6.4 Redução ao valor recuperável (“impairment”)**6.4.1 Ativos financeiros (incluindo recebíveis)**

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a reestruturação do valor devido à Companhia sobre condições de que a Companhia não aceitaria em outras transações ou indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência ou o desaparecimento de um mercado ativo para o título.

6.4.2 Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia são analisados a cada exercício de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado.

Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo exceder o seu valor recuperável estimado. Perdas de valor são reconhecidas no resultado.

Em 31 de dezembro de 2025, não havia evidência que indicasse que o valor contábil líquido excedesse o valor recuperável.

6.5 Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o exercício em que os empréstimos e financiamentos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

6.6 Provisões

As provisões são reconhecidas para obrigações presentes (legais ou presumidas) resultantes de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável.

Voltalia Areia Branca II Participações S.A.



Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2025

Em milhares de R\$, exceto quando indicado de outra forma

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada Período de relatório, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação.

Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa (em que o efeito do valor temporal do dinheiro é relevante).

Quando alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão são esperados que sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável.

As provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas são reconhecidas quando há riscos prováveis de perda nas ações judiciais e processos administrativos junto a tribunais e órgãos governamentais que envolvam questões tributárias, trabalhistas, cíveis ou outros assuntos em que a Companhia figure como parte passiva.

6.7 Tributação

6.7.1 Tributos sobre a receita operacional

As receitas de serviços estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

- Contribuição para o programa de integração social ("PIS"), alíquota de 0,65%;
- Contribuição para o financiamento da seguridade social ("COFINS"), alíquota de 3%; e
- Imposto sobre serviços ("ISS"), alíquota de 5%.

Esses encargos são apresentados como deduções de receita bruta na demonstração do resultado. Os créditos decorrentes da não cumulatividade do PIS e da COFINS são apresentados dedutivamente das despesas e receitas operacionais na demonstração do resultado. Os débitos decorrentes das receitas financeiras e os créditos decorrentes das despesas financeiras estão apresentados dedutivamente nessas próprias linhas na demonstração do resultado do exercício.

6.7.2 Tributos sobre o lucro

Impostos correntes

O imposto de renda e a contribuição social são calculados de acordo com as bases legais tributárias vigentes na data de apresentação das demonstrações financeiras. Conforme facultado pela legislação tributária, a Companhia optou pelo regime do Lucro Presumido. De acordo com essa sistemática, o imposto de renda e a contribuição social são calculados a razão de 8% e 12% da receita bruta, respectivamente. Para receita de serviços e receitas financeiras, as bases de cálculo são 32% e 100%, respectivamente. O imposto de renda é computado sobre o lucro tributável pela alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para a parcela do lucro que exceder R\$ 240 no período de 12 meses, enquanto a contribuição social é computada pela alíquota de 9% sobre o lucro tributável. O imposto de renda e a contribuição social são reconhecidos pelo regime de competência.

Impostos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ("impostos diferidos") são reconhecidos sobre as diferenças temporárias no final de cada exercício, entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais, quando aplicável. Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a Companhia apresentará lucro

Voltaia Areia Branca II Participações S.A.



Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2025

Em milhares de R\$, exceto quando indicado de outra forma

tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas.

A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no final de cada exercício e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada exercício, ou quando uma nova legislação tiver sido aprovada. A mensuração dos impostos diferidos ativos e passivos reflete as consequências fiscais que resultariam da forma na qual a Companhia espera recuperar ou liquidar o valor contábil desses ativos e passivos no final de cada exercício.

6.8 Outros ativos e passivos

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

6.9 Reconhecimento de receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pelo fornecimento de energia no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida de impostos.

A Companhia reconhece a receita quando: (i) o valor da receita pode ser mensurado com segurança; (ii) é provável que benefícios econômicos futuros fluam para a Companhia e (iii) quando critérios específicos tiverem sido atendidos para as atividades da Companhia. Na prática, a Companhia reconhece a receita decorrente do fornecimento de energia elétrica considerando o montante em MWh gerado valorizados ao preço do contrato.

A receita financeira é reconhecida com base no método da taxa de juros efetiva.

6.10 Instrumentos financeiros

Os ativos financeiros são inicialmente mensurados a valor justo, incluindo os custos da transação se não forem mensurados a valor justo por meio do resultado. Os investimentos em instrumentos financeiros mantidos pela Companhia, que incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e aplicações financeiras de longo prazo, são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado. Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Companhia não possuía nenhum tipo de instrumento financeiro derivativo.

Os passivos financeiros estão representados pelos saldos de fornecedores, contas a pagar/mútuos com partes relacionadas e empréstimos e financiamentos.

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação estiver revogada, cancelada ou expirada. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo

Voltaia Areia Branca II Participações S.A.**Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2025**

Em milhares de R\$, exceto quando indicado de outra forma

original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecido na demonstração do resultado.

6.11 Passivo de arrendamentos

O direito de uso dos ativos e o passivo dos arrendamentos são reconhecidos pelo valor futuro das contraprestações assumidas no contrato, trazidos ao valor presente líquido.

A depreciação do ativo de direito de uso dos ativos é calculada pelo método linear, de acordo com o prazo remanescente de cada contrato, sendo reconhecida no resultado do exercício na linha competente à sua natureza (“Custo dos produtos vendidos” / “Despesas Administrativas” / “Despesas Comerciais”), assim como as despesas de juros, correspondentes a amortização do ajuste ao valor presente líquido dos contratos, são alocadas no “Resultado financeiro”.

A metodologia utilizada na apuração do valor presente líquido dos contratos corresponde ao fluxo de caixa das contraprestações assumidas descontadas pela taxa de desconto definida para a classe do ativo.

A taxa de desconto para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 utilizadas para as operações de arrendamento de terrenos e aluguel das salas comerciais foram de 5,64% e 8,84% ao ano. As taxas foram obtidas por operações financiamentos para ativos destas classes, líquido de inflação.

6.12 Normas novas e alteradas no exercício corrente

No exercício corrente, a Companhia aplicou as seguintes alterações às IFRS Accounting Standards emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), bem como novas orientações técnicas, que são obrigatoriamente válidas para um período que se inicie em ou após 1 de janeiro de 2025. A sua adoção não teve qualquer impacto material nas divulgações ou nos valores apresentados nessas demonstrações financeiras.

Alterações à IAS 21 - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio intitulado Falta de conversibilidade

As alterações especificam como avaliar se uma moeda é conversível e como determinar a taxa de câmbio quando não for.

OCPC 10 - Créditos de Carbono (tCO2e), Permissões de emissão (allowances) e Crédito de Descarbonização (CBIO)

Esta orientação técnica visa direcionar o tratamento contábil de créditos de carbono (tCO2e), Permissões de emissão (allowances) e créditos de descarbonização (CBIO) das entidades atuantes no mercado brasileiro.

Não foram identificados impactos materiais na adoção dos pronunciamentos.

6.13 Normas emitidas, mas ainda não vigentes

As seguintes alterações de normas foram emitidas, mas não estão em vigor para o exercício de 2025. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

Pronunciamento Técnico CPC 51 – Apresentação e Divulgação em Demonstrações Contábeis

O Edital de Audiência Pública nº 01/2025 submeteu à consulta pública conjunta a minuta do Pronunciamento Técnico CPC 51. O CPC 51 está alinhado à IFRS 18 – Presentation and Disclosure in Financial Statements e substituirá o Pronunciamento Técnico CPC 26 (R1) – Apresentação das demonstrações contábeis. Caso seja aprovado, o novo pronunciamento deverá ser adotado para exercícios sociais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2027.

Voltaia Areia Branca II Participações S.A.**Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2025**

Em milhares de R\$, exceto quando indicado de outra forma

Edital de Audiência Pública nº 02/2025 Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 28 – Alterações decorrentes do Pronunciamento Técnico CPC 51 (IFRS 18)

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), o Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) ofereceram à Audiência Pública Conjunta a Minuta de Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 28. A revisão está alinhada ao Anexo D da IFRS 18 – Presentation and Disclosure in Financial Statements e atualiza diversas normas contábeis brasileiras para alinhá-las à IFRS 18 / CPC 51 – Apresentação e Divulgação em Demonstrações Contábeis. As mudanças abrangem ajustes de referências, inclusão e exclusão de itens em vários CPCs (CPC 37, CPC 45, CPC 46, CPC 47 e CPC 06 R2), além de novas exigências de apresentação e transparência nas demonstrações financeiras, reforçando a comparabilidade internacional. A aplicação obrigatória tem início em 1º de janeiro de 2027, estando o texto em audiência pública.

IFRS 19 – Subsidiárias sem Obrigação Pública

Em maio de 2025, o IASB emitiu a IFRS 19 que permite que uma subsidiária, quando elegível, apresente divulgações reduzidas quando adotar as IFRS como padrão em suas demonstrações financeiras. Poderão adotar a norma as entidades que não tiverem obrigação pública e em casos em que sua controladora divulgue as demonstrações financeiras consolidadas em conformidade com as IFRS para o uso público. Tais mudanças serão válidas a partir de 1º de janeiro de 2027, sendo permitida a aplicação antecipada.

A Companhia está atualmente avaliando os impactos dessas alterações nas políticas contábeis divulgadas.

* * *

Fale conosco

Brasil

*Rua do Passeio, 78 -14º andar | Centro
CEP: 20021-290 - Rio de Janeiro, Brasil
T.+55 2221-7190*



www.voltalia.com     